

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Potengi Holding S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Potengi Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Potengi Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Potengi Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo Imobilizado

Conforme divulgado na nota 7, as controladas da Companhia possuem adições de Imobilizado que consolidadas montam a R\$ 457.424 mil, juros capitalizados que montam a R\$ 52.564 mil e o saldo do ativo imobilizado monta a R\$ 1.029.340 mil. Os itens capitalizados como ativo imobilizado ocorrem em conexão com a evolução das obras de construção das usinas, cujo reconhecimento é feito com base no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Esses gastos incluem materiais, serviços de terceiros e juros sobre empréstimos.

O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia e suas controladas efetuem investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação à determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos.

Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a capitalização de gastos como ativo imobilizado;

- Entendimento dos controles internos da Companhia relacionados à identificação e capitalização dos itens qualificáveis;
- Exame, em base amostral, das adições de equipamentos e serviços de terceiros ocorridas no exercício;
- Recálculo dos juros sobre empréstimos capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado;
- Verificação da existência de indicativos de redução no valor recuperável desses ativos;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ativo imobilizado, incluídas na nota 7, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos ativos imobilizados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Potengi Holdings S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.964	94.741	9.060	94.908
Investimentos de curto prazo	3	110.068	540.112	110.068	540.112
Contas a receber de clientes	4	-	-	6.978	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		21	353	30	354
Cauções e depósitos vinculados		428	-	428	-
Dividendos a receber		620	-	-	-
Outros ativos	5	165	164	15.114	171
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		114.266	635.370	141.678	635.545
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados		-	-	324	324
Investimentos em controladas	6	1.068.031	408.762	-	-
Imobilizado, líquido	7	-	-	1.029.340	522.325
Intangível, líquido	8	-	45.458	48.396	52.820
Outros ativos	5	9.320	1.501	9.818	1.501
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.077.351	455.721	1.087.878	576.970
TOTAL DO ATIVO		1.191.617	1.091.091	1.229.556	1.212.515
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	873	-	22.445	13.422
Contas a pagar - cessão de crédito	10	-	-	-	107.304
Empréstimos e financiamentos	11	805.795	-	805.795	-
Passivo de arrendamento	12	-	-	284	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	357	387	369
Tributos a pagar		55	-	344	686
Dividendos a pagar		3.548	3.548	3.548	3.548
Provisões para processos judiciais e outros		430	-	430	-
Outras obrigações		-	-	71	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		810.701	3.905	833.304	125.329
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos		-	699.792	-	699.792
Passivo de arrendamento	12	-	-	11.643	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.497	3.497	3.497	3.497
Tributos diferidos		13	-	1.389	-
Outras obrigações		-	-	2.317	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.510	703.289	18.846	703.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		383.710	383.710	383.710	383.710
Reserva de lucros		-	187	-	187
Prejuízos acumulados		(6.304)	-	(6.304)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	377.406	383.897	377.406	383.897
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.191.617	1.091.091	1.229.556	1.212.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Potengi Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	15	-	-	28.282	-
Custo de produção e operação de energia	16	-	-	(13.222)	(2)
LUCRO BRUTO		-	-	15.060	(2)
Gerais e administrativas		(289)	(157)	(516)	(165)
Outras receitas (despesas) operacionais		(38)	-	(166)	49
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(327)	(157)	(682)	(116)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(327)	(157)	14.378	(118)
Receitas financeiras		34.419	10.385	34.441	10.386
Despesas financeiras		(106.581)	(5.184)	(54.276)	(4.618)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	17	(72.162)	5.201	(19.835)	5.768
Resultado de equivalência patrimonial		66.011	598	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(6.478)	5.642	(5.457)	5.650
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(1.907)	(391)	(1.915)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13)	-	(643)	-
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	18	(13)	(1.907)	(1.034)	(1.915)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(6.491)	3.735	(6.491)	3.735
Lucro (prejuízo) por ação (em reais)					
Resultado básico e diluído por ações ordinárias		(0,0169)	0,0097	(0,0169)	0,0097
Resultado básico e diluído por ações preferenciais A		(0,0169)	0,0097	(0,0169)	0,0097
Resultado básico e diluído por ações preferenciais B		(0,0555)	0,0319	(0,0555)	0,0319
Resultado básico e diluído por ações preferenciais C		(0,0555)	0,0319	(0,0555)	0,0319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Potengi Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.491)	3.735	(6.491)	3.735
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(6.491)	3.735	(6.491)	3.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Potengi Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva legal	Prejuízo acumulado	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		12.249	-	-	12.249
Aumento de capital		371.461	-	-	371.461
Lucro líquido do exercício		-	-	3.735	3.735
Constituição da reserva legal		-	187	(187)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(3.548)	(3.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	383.710	187	-	383.897
Prejuízo do exercício		-	-	(6.491)	(6.491)
Reversão da reserva legal		-	(187)	187	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	383.710	-	(6.304)	377.406

Potengi Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
1. RECEITAS	-	-	496.643	513.988
Receita bruta de venda de energia	-	-	14.870	-
Outras receitas operacionais	-	-	14.538	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	467.235	513.988
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(327)	(156)	(471.442)	(514.116)
Materiais	-	-	(106.884)	(286.131)
Serviços de terceiros	(289)	(157)	(356.326)	(222.199)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	(3.510)	-
Outros custos operacionais	(38)	1	(4.722)	(5.786)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(327)	(156)	25.201	(128)
4. RETENÇÕES	(409)	-	(9.640)	(2)
Depreciação e amortização	-	-	(9.640)	(2)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(409)	-	-	-
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(736)	(156)	15.561	(130)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	102.518	11.489	36.157	10.892
Equivalência patrimonial	66.420	598	-	-
Receitas financeiras	36.098	10.891	36.157	10.892
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	101.782	11.333	51.718	10.762
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	101.782	11.333	51.718	10.762
Tributos (Governos)	1.692	2.414	3.878	2.422
Federais	1.692	2.414	3.753	2.422
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	1.907	1.034	1.915
COFINS	1.444	436	2.299	436
IR	235	71	420	71
Estaduais	-	-	123	-
ICMS	-	-	123	-
Encargos setoriais	-	-	2	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	2	-
Remuneração de capital de terceiros	106.581	5.184	54.331	4.605
Juros	106.581	5.184	54.276	4.618
Aluguéis	-	-	55	(13)
Remuneração de capitais próprios	(6.491)	3.735	(6.491)	3.735
Lucros retidos	(6.491)	7.283	(6.491)	7.283
Dividendos	-	(3.548)	-	(3.548)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Potengi Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital fechado, constituída em 01 de junho de 2021, com sede Avenida Luiz Carlos Berrini 1376, Cidade Monções, Zona Sul, São Paulo, que tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas. A Companhia é controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. (“AES Tucano”) e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 14 de março de 2022, foi realizada assembleia geral extraordinária, aprovando aumento de capital da BRF acionista ingressante, passando a Companhia a ser controlada pela AES Tucano (50% das ações), com participação da BRF (50% das ações).

A administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

A Companhia possui 4 unidades produtoras de energia eólica:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2023	2022
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Pedro Avelino, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Lajes, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Lajes, RN	100%	100%

A Companhia possui três unidades produtoras de energia elétrica em operação comercial em 31 de dezembro de 2023, sendo elas: Santa Tereza 01, Santa Tereza 10 e São Ricardo 11. A Santa Tereza 04 obteve sua autorização para operar comercialmente em janeiro de 2024.

Complexo Eólico:

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Santa Tereza 01	ACL	REA 9262/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	7	39,9	-
Santa Tereza 04	ACL	REA 9265/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	7	39,9	-
Santa Tereza 10	ACL	REA 9271/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	9	39,2	-
São Ricardo 11	ACL	REA 9484/2020	26/11/2020	25/11/2055	35 anos	6	34,2	-
						29	153	-

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de fevereiro de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A fim de manter comparabilidade e consistência na análise das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia está rerepresentando os seguintes quadros das Demonstrações Contábeis de 2022 com o propósito de adequar as divulgações:

Nota explicativa

Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes
Cauções e depósitos vinculados
Outros ativos
Intangível, líquido
Fornecedores
Dividendos a pagar
Provisões para processos judiciais e outros
Passivo de arrendamento
Receita operacional líquida
Custo de produção e operação de energia
Informações complementares ao fluxo de caixa
Seguros
Compromissos
Eventos subsequentes

2.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar prejuízo líquido no exercício no montante de R\$ 6.491 e capital circulante líquido negativo na demonstração contábil em dezembro de 2023 no montante de R\$ 697.055 (R\$ 691.342 no consolidado) está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2023, estão evidenciadas a seguir:

- Adoção ao IFRS 17/CPC 50: Contratos de Seguro

- Alterações ao IAS 8/CPC 23: Definição de Estimativas Contábeis
- Alterações ao IAS 1/CPC 26 (R1): Divulgação de Políticas Contábeis
- Alterações ao IAS 12/CPC 32: Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação
- Alterações ao IAS 12/CPC 32: Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois

As novas normas não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de venda e "leaseback".	1° de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1° de janeiro de 2024
CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação	IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1° de janeiro de 2024
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	IAS 21	Ausência de permutalidade	1° de janeiro de 2025

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7. Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento maior que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justos e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	66	187	1.016	354
Operações compromissadas	2.898	94.554	8.044	94.554
Subtotal	2.964	94.741	9.060	94.908
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	110.068	540.112	110.068	540.112
Subtotal	110.068	540.112	110.068	540.112
Total	113.032	634.853	119.128	635.020

Em 31 de dezembro de 2023 os investimentos de curto prazo, caracterizados por aplicações com vencimento superior a três meses estão representados por operações com liquidez e rentabilidade média de 102,14% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		31/12/2023	31/12/2022
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias		
CIRCULANTE					
Contratos de energia eólicos	4.212	346	-	4.558	-
Mercado de curto prazo	1.906	259	255	2.420	-
Total	6.118	605	255	6.978	-

5 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Despesas pagas antecipadamente	-	-	1.335	7
Multa por compensação de fornecedores (i)	-	-	13.615	-
Outros	165	164	164	164
Subtotal	165	164	15.114	171
Ativo não circulante				
Imposto de renda	9.096	1.501	9.095	1.501
Contribuição social	224	-	723	-
Subtotal	9.320	1.501	9.818	1.501
Total	9.485	1.665	24.932	1.672

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em Companhias controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

- (a) A composição dos investimentos é a seguinte:

	Controladora	
	2023	2022
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.022.982	408.762
Direito de exploração de autorização (i)	45.049	-
Total	1.068.031	408.762

- (i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de "Intangível".

- (b) A movimentação dos investimentos é a seguinte:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aumento de capital	Dividendos de controladas	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	Direito de exploração e autorização (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Santa Tereza 01	96.386	89.685	(6)	31.470	528	5.762	10.831	234.656
Santa Tereza 04	81.752	127.135	(468)	40.450	10.003	10.519	10.755	280.146
Santa Tereza 10	122.627	132.635	(90)	24.540	2.014	21.977	14.107	317.810
São Ricardo 11	107.997	72.185	(56)	30.320	1.311	14.306	9.356	235.419
Total	408.762	421.640	(620)	126.780	13.856	52.564	45.049	1.068.031

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Santa Tereza 01	5.540	90.681	22	143	96.386
Santa Tereza 04	404	81.230	(28)	146	81.752
Santa Tereza 10	6.117	116.346	(21)	185	122.627
São Ricardo 11	187	107.659	(12)	163	107.997
Total	12.248	395.916	(39)	637	408.762

- (i) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de empréstimo de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.
- (ii) Correspondem aos direitos de exploração e de autorização decorrentes da aquisição de ativos, que são amortizados pelo prazo de autorização, conforme política interna. A amortização ocorrerá a partir da entrada em operação do empreendimento.
- (c) **As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:**

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Prejuízo do exercício
Santa Tereza 01	186.794.515	100%	230.313	44.489	185.824	185.725	528
Santa Tereza 04	208.890.924	100%	263.354	45.085	218.269	208.891	10.003
Santa Tereza 10	255.807.031	100%	299.006	41.406	257.600	255.807	2.014
São Ricardo 11	180.155.712	100%	215.672	34.404	181.268	180.156	1.311
			<u>1.008.345</u>	<u>165.384</u>	<u>842.961</u>	<u>830.579</u>	<u>13.856</u>

7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

CONSOLIDADO					
2023					2022
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	123.445	(1.235)	122.209	-
Máquinas e equipamentos	3,81%	640.861	(7.940)	632.921	13
Imobilizado em serviço		764.305	(9.175)	755.131	13
Imobilizado em curso (i)		262.311	-	262.311	522.312
Bens vinculados às concessões e autorizações		1.026.617	(9.175)	1.017.442	522.325
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2,38%	11.922	(24)	11.898	-
Total		1.038.539	(9.199)	1.029.340	522.325

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Santa Tereza, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia reconhece os ativos de direitos de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 42 anos, depreciados à taxa de 2,38% a.a.

b) A movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

CONSOLIDADO							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Transferências (i)	Baixas	Juros capitalizados (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	123.445	-	-	123.445
Máquinas e equipamentos	16	1.151	-	596.496	(16)	42.045	640.861
Imobilizado em curso	522.312	445.438	-	(715.958)	-	10.519	262.311
Direito de uso de terreno arrendado	-	10.835	1.087	-	-	-	11.922
Subtotal	522.328	457.424	1.087	1.169	(16)	52.564	1.038.539
Depreciação/Amortização	(3)	(9.229)	-	-	32	4	(9.199)
Total líquido	522.325	448.195	1.087	1.169	(12)	52.561	1.029.340

	CONSOLIDADO			
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Juros capitalizados (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	16	-	-	16
Imobilizado em curso	14.301	499.926	8.085	522.312
Subtotal	14.317	499.926	8.085	522.328
Depreciação/Amortização	(1)	(2)	-	(3)
Total líquido	14.316	499.924	8.085	522.325

- (i) A Companhia e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal dos empréstimos aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados.
- (ii) Refere-se a transferências do imobilizado para intangível.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

	CONSOLIDADO				
		2023			2022
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis	20,00%	3.379	(32)	3.347	7.362
Direito de exploração e autorização (i)	2,86%	45.458	(409)	45.049	45.458
Total		48.836	(440)	48.396	52.820

- (i) Correspondem aos direitos de exploração e de autorização decorrentes da aquisição de ativos, que são amortizados pelo prazo de autorização, conforme política interna. A amortização ocorrerá a partir da entrada em operação do empreendimento.

b) A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Consolidado			Total
	Direito de exploração e autorização	Software e outros intangíveis		
		Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.458	7.362	-	52.820
Transferências e reclassificações (i)	-	(5.638)	1.655	(3.983)
Transferências de Amortização	-	-	(32)	(32)
Amortizações	(409)	-	-	(409)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.049	1.724	1.623	48.396

	Consolidado			Total
	Direito de exploração e autorização	Software e outros intangíveis		
		Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	1.359	-	1.359
Adições	45.458	6.003	-	51.461
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.458	7.362	-	52.820

- (i) Refere-se a transferências do intangível para imobilizado.

9 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	-	-	5.170	-
Materiais e Serviços	873	-	17.131	13.263
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	-	-	143	159
Total	873	-	22.445	13.422

10 CONTAS A PAGAR - CESSÃO DE CRÉDITO

Em 25 de agosto de 2022, após uma solicitação da Companhia para postergação de prazos de pagamento em conformidade com o contrato de fornecimento, o fornecedor responsável pela construção dos parques eólicos Santa Tereza 01, Santa Tereza 04, Santa Tereza 10 e São Ricardo 11, solicitou antecipação de seus recebíveis com esses parques eólicos, junto a uma instituição financeira e formalizou uma Cessão de Crédito entre as partes. Após a anuência dessas controladas, as mesmas foram notificadas a pagar à instituição financeira os montantes anteriormente devidos ao fornecedor. Em maio de 2023, foi liquidado o montante de R\$107.304.

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimo é composto da seguinte forma:

	Controladora				
	31/12/2023				
	Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL					
Empréstimos e Financiamentos					
Nota comercial	700.000	108.795	(3.000)	805.795	805.795
Subtotal	700.000	108.795	(3.000)	805.795	805.795
	700.000	108.795	(3.000)	805.795	805.795

	Controladora				
	31/12/2022				
	Não Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
Empréstimos e Financiamentos					
Nota comercial	700.000	3.630	(3.838)	699.792	699.792
Subtotal	700.000	3.630	(3.838)	699.792	699.792
Total da dívida	700.000	3.630	(3.838)	699.792	699.792

A movimentação do empréstimo é como segue:

	Controladora	
	Empréstimos e financiamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-
Ingressos	700.000	700.000
Encargos financeiros	3.630	3.630
Diferimento dos custos de transação	(3.920)	(3.920)
Amortização dos custos de transação	82	82
Saldos em 31 de dezembro de 2022	699.792	699.792
Encargos financeiros	105.166	105.166
Diferimento dos custos de transação	(1.798)	(1.798)
Amortização dos custos de transação	2.635	2.635
Saldos em 31 de dezembro de 2023	805.795	805.795

12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Ingressos	11.922
Remensuração (i)	(2)
Encargos financeiros	128
Pagamento de encargos financeiros	(128)
Pagamento de principal	7
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.927
Circulante	284
Não circulante	11.643

- (i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado
CIRCULANTE	
2024	284
Subtotal	284
NÃO CIRCULANTE	
2025	295
2026	310
2027	324
2028	338
2029	352
Após 2029	10.024
Subtotal	11.643
Total	11.927

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 383.710 (R\$383.710 em 31 de dezembro de 2022) representado por (i) 92.090.655 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; (ii) 4.604.533 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal; (iii) 43.752.250 ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal; e (iv) 43.752.250 ações preferenciais classe C, nominativas e sem valor nominal.

	2023	2022
	Participação	Participação
Acionistas		
AES Tucano Holding I S.A.	50%	50%
BRF S.A	50%	50%

13.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 100% do Lucro Líquido do Exercício.

O lucro da Companhia será distribuído entre os acionistas ordinários e preferenciais, de acordo com o seu percentual de participação no total de ações, incluindo classes de ações preferenciais.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- I. Ações preferenciais A: direito ao recebimento de dividendos a partir do prazo de fornecimento de energia elétrica. A classe A recebe dividendos 1:1 com acionistas ordinários.
- II. Ações preferenciais B: direito ao recebimento de dividendos a partir do prazo de fornecimento de energia elétrica. A classe B recebe dividendos de 3,68 vezes o valor atribuído a cada ação ordinária e por ação preferencial classe A.
- III. Ações preferenciais C: terão direito ao recebimento de todo o caixa gerado pela Companhia, exclusivamente até o início do período de fornecimento de energia elétrica. A classe C recebe a mesma quantidade de dividendos atribuídas à Classe B.

14 RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	
	2023	2022
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(1.558)	896
Resultado disponível aos acionistas preferenciais A	(78)	45
Resultado disponível aos acionistas preferenciais B	(2.428)	1.397
Resultado disponível aos acionistas preferenciais C	(2.428)	1.397
Total	(6.491)	3.735
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	92.091	92.091
Média ponderada do número de ações preferenciais A	4.605	4.605
Média ponderada do número de ações preferenciais B	43.752	43.752
Média ponderada do número de ações preferenciais C	43.752	43.752
Total	184.200	184.200
Resultado básico e diluído por ação		
Resultado básico e diluído por ações ordinárias	(0,0169)	0,0097
Resultado básico e diluído por ações preferenciais A	(0,0169)	0,0097
Resultado básico e diluído por ações preferenciais B	(0,0555)	0,0319
Resultado básico e diluído por ações preferenciais C	(0,0555)	0,0319

15 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia eólicos	11.547	-
Mercado de curto prazo	3.323	-
Outros (i)	14.538	-
Receita operacional bruta	29.408	-
(-) PIS e COFINS	(1.003)	-
(-) ICMS	(123)	-
Receita operacional líquida	28.282	-

- (i) Refere-se à multa por atraso na conclusão das obras, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

16 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(10)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(3.500)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(2)	-
Subtotal	(3.512)	-
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(3)	-
Depreciação e amortização	(9.640)	(2)
Arrendamentos e aluguéis	(55)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	(12)	-
Subtotal	(9.710)	(2)
Total	(13.222)	(2)

17 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	35.861	10.891	35.906	10.892
Renda de cauções e depósitos judiciais	38	-	38	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.679)	(506)	(1.716)	(506)
Atualização de créditos tributários	199	-	198	-
Outras receitas financeiras	-	-	15	-
Subtotal	34.419	10.385	34.441	10.386
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	(93.106)	(3.712)	(93.107)	(3.711)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(40)	-	(40)	-
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(14.694)	-	(14.694)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	-	52.564	637
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(128)	-
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1.268	(1.472)	1.160	(1.472)
Outras despesas financeiras	(9)	-	(31)	(72)
Subtotal	(106.581)	(5.184)	(54.276)	(4.618)
Total	(72.162)	5.201	(19.835)	5.768

18 COMPOSIÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023, diferentemente do regime de tributação do ano de 2022, onde o cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram realizados com base no regime de apuração pelo lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto

de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	(6.478)	(6.478)	(5.457)	(5.457)
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	1.620	583	1.364	491
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	3.464	1.247	-	-
Atualização de indébito tributário	50	18	50	18
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(4.738)	(1.706)	(4.738)	(1.706)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	3.049	987
Diferença temporária sem diferido constituído	(405)	(146)	(405)	(146)
Ajuste de Imposto	(1)	1	2	-
Outros Ajustes	(1)	1	2	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10)	(3)	(678)	(356)
Alíquota Efetiva	0,16%	0,05%	12,42%	6,52%
Corrente	-	-	259	132
Diferido	10	3	419	224
Total	10	3	678	356

	Controladora		Consolidado	
	2022		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(1.396)	(511)	(1.401)	(514)
Diferidos	-	-	-	-
Total	(1.396)	(511)	(1.401)	(514)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	5.642	5.642	5.650	5.650
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	39	39	-	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	-	-	61	61
Total das adições (exclusões)	39	39	61	61
Resultado ajustado	5.681	5.681	5.711	5.711
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Total da despesa com tributos	(1.420)	(511)	(1.428)	(514)
Ajuste Adicional IR	24	-	-	-
Outros	-	-	27	-
Total da despesa com tributos	(1.396)	(511)	(1.401)	(514)

18.1 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído:

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social		Total Diferido Não Contabilizado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Potengi	4.738	1.706	4.738	1.706

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	1.016	1.016	354	354	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	8.044	8.044	94.554	94.554	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	110.068	110.068	540.112	540.112	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		6.978	6.978	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		752	752	324	324	Custo amortizado
Total		126.858	126.858	635.344	635.344	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		22.445	22.445	13.422	13.422	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		805.795	785.556	699.792	767.436	Custo amortizado
Contas a pagar - cessão de crédito	5	-	-	107.304	107.304	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		11.927	11.927	-	-	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3.548	3.548	3.548	3.548	Custo amortizado
Total		843.715	823.476	824.066	891.710	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

19.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas

controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento dos riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

(a.1) Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *compliance*, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

(a.2) Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Diretoria de Controladoria e Planejamento Tributário, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações contábeis e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

(a.3) Auditoria Interna

A Companhia conta também com uma área de Auditoria Interna que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de imprecisões significativas nas informações contidas nas demonstrações contábeis da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e a situação dos planos de ação são comunicados periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações contábeis, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

(a.4) Ética e *Compliance*

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pelo Departamento de Ética e *Compliance*, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Adicionalmente, todos os empregados da Companhia recebem uma cópia do Guia de Valores quando da admissão, bem como treinamentos específicos sobre o programa de *Compliance* e as principais políticas da Companhia. Além disso, a cultura de integridade e importância do *Compliance* são reforçadas anualmente pelas mensagens da alta-liderança e o departamento de Ética e *Compliance* divulga comunicações periódicas para todos os colaboradores a respeito de suas políticas e procedimentos. A Companhia ainda conta com um Código de Conduta de Fornecedores que é divulgado aos seus parceiros comerciais na cadeia de suprimento e anexado aos contratos relevantes junto com cláusulas contratuais que preveem condições de integridade e *Compliance* dentro dos padrões estabelecidos pela Companhia. Ainda, todos os fornecedores da cadeia de alto-risco da Companhia recebem treinamentos específicos sobre o Guia de Valores e políticas de *Compliance*.

Em caso de denúncia, suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pelo Departamento de Ética e *Compliance* e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas serão tomadas tempestivamente, sejam elas medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - Se houver eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.964	94.741	9.060	94.908
Investimentos de curto prazo	110.068	540.112	110.068	540.112
Contas a receber de clientes	-	-	6.978	-
Cauções e depósitos vinculados	428	-	428	-
Total	113.460	634.853	126.534	635.020

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e

emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	805.795	699.792	805.795	699.792
Caixa e equivalentes de caixa	(2.964)	(94.741)	(9.060)	(94.908)
Investimentos de curto prazo	(110.068)	(540.112)	(110.068)	(540.112)
Dívida líquida	692.763	64.939	686.667	64.772
Patrimônio líquido	377.406	377.406	377.406	377.406
Dívida líquida / Patrimônio líquido	183,56%	17,21%	181,94%	17,16%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Controladora			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos
Fornecedores	873	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	855.921	-
Dividendos a pagar	-	-	3.548
Total	873	855.921	3.548

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Consolidado				
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	22.445	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	855.921	-	-	-
Passivo de arrendamento	67	230	305	1.006	10.737
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	3.548	-	-
Total	22.512	856.151	3.853	1.006	10.737

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizado nas projeções corresponde ao índice verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Risco de mercado

Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	2.898	94.554	8.044	94.554
Investimentos de curto prazo	110.068	540.112	110.068	540.112
Cauções e depósitos vinculados	428	-	752	324
Empréstimos e financiamentos	(805.795)	(699.792)	(805.795)	(699.792)
Total	(692.401)	(65.126)	(686.931)	(64.802)

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, cauções e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	110.068	5.624	8.431	11.248	14.056	16.873
Impacto no resultado			5.624	8.431	11.248	14.056	16.873
Total da exposição líquida			5.624	8.431	11.248	14.056	16.873

Cauções (Garantias de financiamento)	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	428	22	33	44	55	66
Impacto no resultado			22	33	44	55	66
Total da exposição líquida			22	33	44	55	66

Nota de crédito	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Nota de crédito	CDI	805.795	41.876	62.773	83.742	104.649	125.628
Impacto no resultado			41.876	62.773	83.742	104.649	125.628
Total da exposição líquida			41.876	62.773	83.742	104.649	125.628

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2023.

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, exceto para 8ª Emissão da AES Tietê Energia, para a 1ª Emissão da AES Tietê Eólica, para os empréstimos e financiamentos dos Complexos Eólicos de Salinas e Mandacarú, Caetés, Araripe e Cassino que têm suas verificações anuais, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da controlada direta AES Operações e da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da AES, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das Companhias do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- i. Reconhecimento de restrições energéticas;
- ii. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- iii. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.4) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.5) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

(c.6) Riscos de concentração - Fornecedores

A concentração de fornecedores pode expor a Companhia a riscos financeiros significativos de crédito ou de desempenho. Muitas vezes a Companhia depende de um único fornecedor contratado ou de um pequeno número de fornecedores para o fornecimento de aerogeradores e outros serviços necessários à operação dos complexos. Se esses fornecedores não conseguem cumprir com as suas obrigações operacionais, a Companhia busca atender às suas necessidades comprando de outros fornecedores, a preços de mercado, se expondo à volatilidade dos preços e ao risco de não estarem disponíveis durante determinados períodos, o que poderia impactar negativamente a lucratividade e afetar os resultados operacionais, e a violação de acordos com outras contrapartes, incluindo, sem limitação, clientes ou credores. Qualquer falha de um fornecedor no cumprimento de suas obrigações contratuais poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados financeiros da Companhia.

(c.7) Risco de mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas atuam na geração de energia eólica e reconhecem que o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a garantia das suas operações.

Com isto, avalia a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono.

Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia, que em conjunto com a Diretoria de Estratégia e demais áreas, monitoram os cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia e suas controladas a diferentes tipos de riscos, através de estudos que utilizam cenários projetados a longo prazo, que incluem preço e valor e avaliação de mudanças climáticas no portfólio de energia.

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	Controladora	
	2023	2022
Compensações de PIS e COFINS	68	-
Total	68	-

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	2023	2022
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	65.656	(6.003)
Total	65.656	(6.003)

A conciliação entre o passivo decorrente de atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora	
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-
- Itens que afetam o fluxo de caixa		
Ingressos	700.000	700.000
Diferimento custos de transação	(3.920)	(3.920)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa		
Encargos de dívida	3.712	3.712
Saldos em 31 de dezembro de 2022	699.792	699.792
- Itens que afetam o fluxo de caixa		
Diferimento custos de transação	(1.798)	(1.798)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa		
Encargos de dívida	107.801	107.801
Saldos em 31 de dezembro de 2023	805.795	805.795

21 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos contratuais da Companhia e suas controladas, não reconhecido nas demonstrações contábeis é demonstrado abaixo:

Posição em 31 de dezembro de 2023	Consolidado						
	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2029	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	733	733	733	733	733	13.183	16.848
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	10.601	10.601	10.601	10.601	10.601	284.643	337.648
Construção e manutenção de usinas	4.956	92	48	-	-	-	5.096
Fornecimento de turbinas eólicas	19.765	-	-	-	-	-	19.765
Total	36.055	11.426	11.382	11.334	11.334	297.826	379.357

22 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/11/2023	01/11/2024	210.000
Responsabilidade civil geral (i)	15/12/2023	01/04/2024	60.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O (i)	01/04/2023	01/04/2024	100.000

Importância segurada em Dólar estadunidense

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas companhias do Grupo AES Brasil, com exceção do seguro de frota veículos – RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada Companhia, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

23 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia emitiu as suas primeiras debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, sendo 76% garantida pela controladora direta e 24% pela BRF S.A., no montante de R\$ 300.000, ao custo de IPCA + 7,3706% a.a. e prazo de 18 anos. A emissão tem por objetivo substituir parcialmente, com um custo de financiamento menor e um prazo maior, as notas comerciais captadas em 19 de dezembro de 2022, utilizadas para financiar a construção de 165,3 MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína.